

Transformando o sistema humanitário¹

Transformando el sistema humanitário

Transforming the humanitarian system

Estamos testemunhando um período sombrio para a humanidade. Os últimos anos foram os mais violentos desde a Guerra Fria. As mortes relacionadas a conflitos atingiram o maior nível em 20 anos em 2022, enquanto mais de 123 milhões de pessoas foram deslocadas à força. Sudão, Gaza e Ucrânia expõem as realidades dos conflitos modernos. A violação do direito internacional e dos princípios humanitários foi normalizada. Profissionais e instalações de saúde, bem como infraestrutura civil, são alvos de ataques com impunidade. A ajuda humanitária é instrumentalizada para fins militares e torna-se cada vez mais transacional. Crises humanitárias se arrastam por anos, com consequências devastadoras para a saúde, à medida que os serviços de saúde entram em colapso e o acesso à água potável, alimentos e abrigo se deteriora. A fragmentação geopolítica e os cortes na ajuda dos EUA e dos principais doadores europeus aumentaram a pressão sobre o sistema humanitário em meio a esses níveis de necessidade sem precedentes. Neste momento crítico, a *Comissão Johns Hopkins Center for Humanitarian Health – Lancet sobre saúde, conflito e deslocamento forçado* apresenta um manifesto para uma transformação radical de um sistema humanitário que não consegue proteger a saúde.

A Comissão detalha como as sementes da atual crise humanitária aguda foram plantadas há muito tempo. A história da ajuda humanitária é uma história de humanidade e solidariedade, mas também de poder enraizado no colonialismo. Desde a Segunda Guerra Mundial, alguns atores poderosos controlam os fundos e definem a agenda para promover interesses políticos e econômicos. Centrados em um complexo de organizações humanitárias internacionais sem coordenação, os atores locais foram marginalizados e as necessidades e a dignidade das populações afetadas não foram priorizadas. O investimento humanitário falha consistentemente em atingir os países que mais precisam. Redes de ajuda mútua, como as Salas de Resposta a Emergências do Sudão, desafiaram as hierarquias estabelecidas e demonstraram o sucesso de iniciativas lideradas pela comunidade. No entanto, elas são mantidas à margem do financiamento humanitário. Há 10 anos, em meio a apelos para descolonizar a ação humanitária, o acordo Grand Bargain entre doadores e organizações humanitárias prometeu que 25% do financiamento iria diretamente para atores locais e nacionais até 2022. Atingiu apenas 4,7%. Os incentivos sistêmicos e as estruturas de poder permaneceram praticamente inalterados.

Para abordar essas falhas de longa data e a resistência à reforma, a Comissão realizou uma análise detalhada dos fundamentos estruturais do sistema humanitário, concluindo que são necessárias mudanças em todo o direito e princípios internacionais, governança, financiamento e sistemas de saúde. A Comissão fornece uma estratégia coerente e viável centrada em quatro recomendações interdependentes direcionadas a Estados; atores não estatais; doadores; instituições multilaterais; e líderes humanitários, de saúde e locais. Primeiro, inverter o poder, transferindo recursos e tomada de decisão para as populações afetadas, tornando a liderança

¹ Este editorial do Lancet foi publicado no fascículo que também publica o relatório da *Comissão Johns Hopkins Center for Humanitarian Health – Lancet sobre saúde, conflito e deslocamento forçado* [The Lancet Editorial Volume 407, Edição 10543p198723 de maio de 2026]. Acesso: [Transforming the humanitarian system - The Lancet](#)

externa excepcional e fortalecendo os sistemas de saúde e proteção social liderados nacionalmente. Segundo, acabar com a impunidade, aplicando a responsabilização às populações afetadas em toda a governança, financiamento, coordenação e implementação, com os resultados de saúde e a continuidade do atendimento servindo como medidas de conformidade. Em terceiro lugar, corrigir o problema dos recursos, alinhando o financiamento humanitário às necessidades, em vez das prioridades dos doadores, e transferindo a autoridade de tomada de decisão para atores locais e nacionais, por meio de mecanismos de financiamento conjunto globais e multiníveis, governados de forma independente. Em quarto lugar, defender a saúde para todos como um direito inegociável, garantindo que as decisões em todos os níveis promovam cuidados equitativos e proteção à saúde, com a prestação de serviços integrada aos sistemas nacionais de saúde e proteção social sempre que possível. A Comissão fornece orientações detalhadas sobre como operacionalizar essas recomendações.

Este ano, 239 milhões de pessoas precisam de assistência humanitária e o sistema humanitário atual não consegue lidar com isso — precisa mudar. Isso exigirá coragem e liderança dos países, particularmente das coalizões de potências médias. Além do argumento moral em prol da humanidade compartilhada, a solidariedade internacional serve à estabilidade a longo prazo que beneficia a todos; e, em comparação com os orçamentos nacionais e o financiamento da defesa, custa pouco. A reforma pode ser dolorosa e abrupta; ações mal pensadas podem custar vidas. A criação de um sistema humanitário eficaz, centrado na comunidade, que proporcione um futuro mais justo, robusto e sustentável, precisa ser gerenciada com cuidado e responsabilidade. Para isso, esta Comissão apresenta um argumento convincente e um roteiro claro, baseado em evidências.